

ATA Nº 10

- 1 Aos vinte de nove dias do mês de março do ano de **dois mil e dezanove**, pelas nove horas e quinze
 2 minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Extraordinária**
 3 da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: _____

PERÍODO DA “ORDEM DO DIA”	
1º	TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AUTARQUIA
2º	PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALENÇA – RELATO SUMÁRIO DA DISCUSSÃO PÚBLICA
3º	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE VALENÇA E VILA NOVA DE CERVEIRA _PROTEÇÃO CIVIL- ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS/ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO MINHO
4º	ELEIÇÃO DE DOIS CIDADÃOS PARA A COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO DE VALENÇA

- 4 O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência
 5 do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um
 6 trabalho profícuo em prol de Valença. _____

7 Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração
 8 escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade
 9 que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-
 10 A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. Luís Manuel Gomes Amorim, Orlando Vasco da Cunha
 11 Oliveira; António Joaquim Dias foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão
 12 imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs.
 13 Ana Cláudia Gomes Moreira, Carlos Aleixo Pereira Gomes e Luís António Lopes de Araújo. _____

14 Verificadas as **substituições e as faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: _____
 15 Alberto Luís Oliveira Vilas; Paulo Jorge Cunha Esteves; Inês Rita da Silva Ferreira; Aurélia da
 16 Conceição Costa Correia; Elisabete Frade Lopes Viana; Jorge Moura Rodrigues; Vasco Rodrigo Marques
 17 Severino; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Cristóvão Amorim Pereira; Ana Raquel Soares
 18 Sanches; Avelino António Oliveira Marinho; Isabel Granjo Vaz; Vitor Manuel Costa de Oliveira; Óscar
 19 Gabriel Pereira da Silva; José António Lopes Nogueira, Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez; Manuel
 20 Álvaro Guimarães Gomes; Ana Margarida Garcia Tomé; Ana Cláudia Gomes Moreira; Carlos Aleixo
 21 Pereira Gomes; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Carlos
 22 Manuel Afonso Pereira; Manuel António Soares Brito; Rui Miguel Araújo Ferreira; António Lima Sousa;
 23 Francisco José Rodrigues Romeu; Paulo Jorge Sousa Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; Luís
 24 António Lopes de Araújo; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. _____

25 Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da**
 26 **Câmara Municipal, Jorge Manuel Salgueiro Mendes** e respetivos **Srs. Vereadores**, à exceção do
 27 Exmº. Senhor Mário Rui Pinto de Oliveira. _____

1 Verificadas as presenças a mesa foi composta pelo Presidente da Mesa, Sr. Alberto Vilas, 1º e 2º
2 secretários, os Membros Srs. Paulo Esteves e Elisabete Viana, respetivamente. _____

I – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

PONTO 1º - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA A AUTARQUIA

3 Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de vinte e um de março corrente, foi
4 apresentada uma proposta no sentido de este órgão deliberar comunicar à DGAL que o Município de
5 Valença não pretende, no ano 2019, aceitar as transferências de competências previstas nos seguintes
6 diplomas: _____

- 7 • Proteção e saúde animal e segurança alimentares (Decreto – lei nº 20/2019 de 30/01); _____
- 8 • Cultura (Decreto – lei nº 22/2019 de 30/01). _____

9 Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** questionou da pretensão de inscrição para o
10 ponto em apreço. Inscreveram-se os Membros Srs. Inês Ferreira e Óscar Silva. _____

11 - **O Membro Sr. Óscar Silva** após as habituais saudações, mencionou que o sentido de voto do Grupo
12 Municipal do Partido Socialista seria favorável à proposta de rejeição, quer no que concerne à
13 transferência de competência da proteção e saúde animal e segurança alimentar, dada a previsão dos
14 grandes encargos financeiros que iria supor para o Município, quer no que concerne à transferência de
15 competência da Cultura, atentos à inexistência de museu nacional que contemple transferência de gestão
16 para este município, bem como, à ausência de enquadramento com a realidade concelhia. Mais, apesar de
17 serem favoráveis à rejeição destas duas competências, o Partido Socialista em Valença não está contra a
18 descentralização. São conscientes daquilo que acarreta a aceitação de cada um dos diplomas para aquilo
19 que é a gestão municipal, cuja análise deve ser feita caso a caso. As competências podem ser aceites na
20 integra até 2020 ou no limite até 2021, pelo que existirá espaço e tempo para perceber melhor aquilo que
21 é o impacto que a aceitação dos diplomas possam ter na gestão municipal. Consideram a necessidade de
22 encontrar soluções e criar condições para a descentralização avançar, é uma inédita e realista
23 oportunidade para fomentar maior autonomia e para reforçar o poder local que todos ambicionam. _____

24 - **O Membro Sra Inês Ferreira** após as habituais saudações, referiu que embora as transferências de
25 competências e a descentralização possam ser benéficas para o poder local, considera que o Governo
26 deveria ter previsto o envelope financeiro para cada uma das competências que pretende transferir para as
27 autarquias locais, sem o qual dificulta a aceitação dos Municípios. Verifica-se, mais uma vez, decisões
28 tomadas de forma precipitada, sem as condições necessárias para que o projeto seja implementado de
29 forma consistente e correta. _____

30 Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente
31 da Câmara Municipal para prestar os solicitados esclarecimentos. _____

32 O **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, após as habituais saudações, mencionou que a transferência de
33 competências do Estado Central para as Autarquias, no caso em apreço, em termos de compromissos da
34 Administração Central, continuam muito aquém daquilo que foi acordado em sede de reuniões com a
35 Associação Nacional de Municípios, e dos compromissos assumidos, em sede de reunião da CIM Alto

1 Minho quer pelo Sr. Secretário de Estado da Administração Local quer pelo Sr. Ministro da
2 Administração Interna. Decorrido mais de um ano continuam sem um enquadramento financeiro para
3 estas áreas e a sua aceitação significaria desorçamentação pura e dura para os municípios que
4 assumissem o ónus de financiar os serviços, traduzindo-se para o efeito na fixação de taxas
5 municipais. _____

6 No que se refere à proteção e saúde animal e segurança alimentar, mencionou que Valença possui
7 veterinário municipal, a meio-tempo, cuja remuneração é comparticipada em 50% pelo Município e os
8 restantes 50% pela Direção Geral de Veterinária. Ora com a publicação do diploma o encargo com o
9 veterinário municipal seria a ser 100% para a autarquia, do qual não necessita a tempo inteiro. Há dias,
10 no âmbito de uma operação Stop da Guarda Fiscal em São Pedro da Torre, foi chamado ao local o
11 veterinário municipal, Sr. Dr. Jorge Lino, para verificação das condições de conservação de uma carga
12 alimentar num TIR, a qual, felizmente, estava em condições. _____

13 Mantinham a expectativa de que a competência da segurança alimentar seria da ASAE, ficando apenas a
14 segurança animal com os Municípios, contudo o Governo decidiu transferir ambas competências para as
15 autarquias, a seu ver despropositado, o que a nível nacional, tem levantado alguma celeuma,
16 inclusivamente, nos Municípios com matadouros municipais. A aceitação desta competência acarreta
17 recrutamento de técnicos especializados na área, numa altura em que os quadros de pessoal são rígidos. _
18 Em relação à questão da cultura, Valença não possui património ou equipamento do Estado Central afeto
19 à cultura. A fortaleza é do Estado, mas não se enquadra no diploma. _____

20 Finalizou, agradecendo o facto de terem ido ao encontro das preocupações do executivo ao votar contra a
21 assunção das competências. _____

22 Terminados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra aos Membros
23 para a **segunda ronda**, tendo todos prescindido do uso da mesma. _____

24 Terminada a discussão, procedeu-se à votação de cada um dos pontos de forma individualizada. _____

25 Assim, num universo de **26** Membros, a Assembleia Municipal procedeu a votação individualizada de
26 cada uma das competências propostas e deliberou, **por unanimidade**, comunicar à Direção Geral das
27 Autarquias Locais que o Município de Valença não aceita, no ano 2019, a transferência das competências
28 previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, nos seguintes domínios: _____

29 • Proteção e saúde animal e segurança alimentares (Decreto – lei nº 20/2019 de 30/01); _____

30 • Cultura (Decreto – lei nº 22/2019 de 30/01). _____

PONTO 2º – PLANO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORESTA CONTRA INCÊNDIOS DE VALENÇA – RELATÓRIO SUMÁRIO DA DISCUSSÃO PÚBLICA

31 Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 21 de março corrente, com base no
32 relatório Sumário de Consulta Pública que decorreu entre os dias 28 de fevereiro a 15 de março de 2019,
33 foi presente a proposta de Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios para o período de
34 2018_2027 para a respetiva aprovação. _____

35 Seguidamente, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições ao ponto em
36 apreço, tendo-se inscrito os Membros Sr. Óscar Silva e Inês Ferreira. _____

1 - O **Membro Sr. Óscar Silva** mencionou que nada tem a apontar ao relatório sumário de consulta pública
2 do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios de Valença. Não existiu nenhum contributo
3 ou sugestão no prazo que foi estipulado para o efeito, pelo que nada havia a discutir relativamente ao
4 ponto. Termos em que o sentido de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista seria a favor do Plano
5 Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios para a década 2018-2027, que já obteve a aprovação
6 da Comissão Municipal de Defesa da Floresta e, finalmente, o parecer vinculativo favorável do ICNF. O
7 Município conseguiu a aprovação técnica deste plano, o qual, apesar de tardio, é fundamental.
8 Relembrou que há cerca de 1 ano o Partido Socialista apresentou uma recomendação ao executivo
9 municipal para a conclusão urgente da revisão do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra
10 Incêndios de Valença, pela importância que tem na definição, programação e na operacionalização de um
11 conjunto de ações de prevenção, diminuição do impacto dos incêndios florestais e da defesa da floresta e
12 da vida das pessoas. _____

13 - O **Membro Sra Inês Ferreira** recordou, a propósito de ter sido mencionada pelo seu antecessor a
14 tardia aprovação da proposta do Plano, que pelo Sr. Presidente da Câmara já tinha sido informado que a
15 mesma se devia aos organismos centrais. _____

16 **O Sr. Presidente da Câmara Municipal** referiu que os Municípios de Valença, Monção, Melgaço e Vila
17 Nova de Cerveira transmitiram ao Sr. Ministro Eduardo Cabrita as preocupações sentidas na demora na
18 aprovação do plano por parte do ICNF, a ausência de contributos técnicos para um plano eficaz na
19 prevenção e no combate e, ainda, a falta intercâmbio de impressões para as necessárias correções, que
20 poderiam ter ocorrido e não sucedeu nas reuniões da Comissão de Acompanhamento do Plano.
21 Inaceitável, porque originou que a vigência do plano se prolongasse até aos 10 anos e fosse alvo de
22 correção de acordo com a nova legislação. Inclusivamente verificou-se que no ICNF existiam
23 interpretações diferentes segundo o técnico que o analisasse, o que levou o Município, numa das vezes
24 que o plano foi devolvido para correção, decorridos 15 dias, a enviar a mesma versão que deu origem a
25 um relatório diferente do anterior. Não ficando por aqui, o ICNF chumbou as candidaturas do Gabinete
26 Florestal, devido à falta do plano aprovado e o Gabinete Florestal também não tinha financiamento anual.
27 Perante a ausência de Planos aprovados, os Municípios solicitaram apoio ao Sr. Ministro no sentido de
28 diligenciar a celeridade do processo junto do ICNF. Diligências que surtiram efeitos decorridos 6 meses.
29 Os Municípios deveriam ter um plano aprovado com linhas gerais de atuação e sem termo, no entanto
30 têm de seguir as linhas de orientações pré-definidas para a elaboração do Plano e apenas estão previstas
31 ações de prevenção e de limpeza, que diariamente são executadas pelos sapadores, funções que vão para
32 além da limpeza de mato, ajudam os bombeiros no combate ao fogo. Valença ainda tem de fazer fogo
33 controlado em 86 hectares, 56 em Gondolim e 32 em Cerdal junto ao campo de tiro, suspenso por causa
34 das condições climatéricas. _____

35 Com a calamidade que ocorreu nos últimos anos, a Tutela exigiu que entidades, como a IP, Estradas de
36 Portugal, REFER, EDP e a REN, cumpram as suas obrigações no âmbito das concessões. A IP está a
37 fazer um trabalho fantástico na zona da autoestrada. A REFER, tem feito também uma limpeza muito
38 aprofundada das faixas. O Município já fez, este ano, 75 ha de fogo controlado nas diversas freguesias,
39 restando mais 60 para efetuar, assim que as condições climatéricas o permitirem. Entretanto já alertaram
40 os proprietários de eucaliptos e pinheiros que estejam a danificar a rede viária, para procederem ao seu
41 corte. Não o fazendo o Município substituir-se-á aos proprietários, apresentando-lhes à posteriori o

1 encargo, à semelhança do que sucedeu no Faro. _____

2 Terminadas as explicações, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu a abertura de
3 inscrições, tendo todos prescindido do uso da palavra. _____

4 Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o 2º ponto a votação,
5 tendo a Assembleia Municipal, num universo de 29 (**vinte e nove**) Membros, deliberado, **por**
6 **unanimidade** aprovar o Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios para o período de
7 2018_2027. _____

PONTO 3 – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE VALENÇA E VILA NOVA DE CERVEIRA –
PROTEÇÃO CIVIL – ALTERAÇÃO DE ESTATUTOS /ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO ALTO
MINHO

8 Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 21 de março corrente, foi remetida
9 para este órgão a alteração aos estatutos da Associação de Municípios de Valença e Vila Nova de
10 Cerveira_ Proteção Civil aprovados em sessão da Assembleia Municipal realizada a 29 de novembro
11 último para, entre outras, alterações adotar a denominação de “Associação de Municípios do Alto –
12 Minho – Proteção Civil Municipal”. _____

13 Uma vez apresentado o ponto, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu a abertura de
14 inscrição, tendo-se inscrito o Membro Sr. Óscar Silva. _____

15 - O **Membro Sr. Óscar Silva** mencionou que o sentido de voto do Grupo Municipal do Partido Socialista
16 seria favorável à alteração dos estatutos da Associação de Municípios de Valença e Vila Nova de Cerveira
17 Proteção Civil, por os contributos e as correções ao enquadramento legal deste documento, enunciados
18 pelo Dr. José António Nogueira na altura da apresentação da versão original destes estatutos, estarem
19 vertidos na generalidade, embora não na íntegra na agora apresentada. Mais referiu que Valença, nessa
20 altura, deveria ter adotado a mesma postura da Assembleia de Vila Nova de Cerveira de não aprovar essa
21 mesma versão. Foi sensível às preocupações que o Partido Socialista apontou relativamente ao
22 documento original e às repercussões que as incorreções e as omissões nele identificadas poderiam supor
23 no exercício deste serviço intermunicipal de proteção civil. Não tendo aprovado esse documento original,
24 retirando-o e aprovado apenas após uma revisão e uma nova proposta de estatutos, o que também deveria
25 sucedido na Assembleia Municipal de Valença, onde apesar dos alertas do Partido Socialista, se decidiu
26 aprovar um documento repleto de incorreções que não serviriam o propósito da Associação
27 Intermunicipal de Proteção Civil. Felizmente reformulou-se o documento, estando finalmente em
28 condições de se votar a favor e aprovar os estatutos da agora Associação de Municípios do Alto Minho
29 Proteção Civil Municipal. _____

30 Terminadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, o qual
31 começou por agradecer a colaboração dos serviços dos Municípios de Valença e Vila Nova de Cerveira,
32 que face a algumas observações que foram colocadas, fizeram a revisão do documento, para estar
33 conforme as observações que então foram feitas, mas que em nada beliscavam, do ponto de vista
34 jurídico, os estatutos. Não havia nenhuma incongruência ou ilegalidade nos estatutos. As alterações que
35 foram efetuadas foi de denominação e duração dos mandatos. No que concerne à denominação,

1 inicialmente estavam apenas previstos dois sócios da entidade, com rotatividade na Presidência da
 2 Direção de 2 em 2 anos. Com a aceitação de Município de Paredes de Coura, o um mandato passa a ser
 3 de 4 anos, rotativo nos órgãos, o que significa que quem assumir a Direção da Associação, não vai
 4 assumir a Assembleia Geral, nem o Conselho Fiscal. _____

5 Seguidamente, referiu que o Centro Intermunicipal foi objeto da visita por parte do Sr. Secretário de
 6 Estado da Proteção Civil, que ficou surpreendido com os desenvolvimentos que já existiam no espaço.
 7 Assistiu à apresentação daquilo que vai ser o Centro e as suas mais valias e verificou que já estão no
 8 terreno a laborar duas equipas de Proteção Civil Municipal, com os respetivos coordenadores municipais
 9 da área, com reforço de recursos humanos e materiais, designadamente uma bulldozer, carros de
 10 combate, etc, determinantes para ações preventivas, especialmente de fogo controlado. Apesar de ainda
 11 não serem as condições ideais em termos de climatização, sobretudo para os meios humanos, já possuem
 12 um hangar com viaturas e pessoal. A Portucel também esteve aí sediada. Estão convictos que, no âmbito
 13 das candidaturas do POSEUR, ou no overbooking, possam obter apoio comunitário. _____

14 Mais, pelos restantes Municípios do Distrito já foi manifestado o interesse na adesão à Associação, assim
 15 como, pela CIM- Alto Minho a intenção de concentrar no Centro ações de prevenção para os 10
 16 Municípios. Portanto, esperam que sejam uma realidade tão breve quanto possível, para dar continuidade
 17 ao trabalho de prevenção e proteção da floresta e das pessoas, sobretudo com novas plantações de
 18 espécies que sejam mais resistentes aos incêndios. _____

19 Não partilha da ideia de não se plantarem eucaliptos e pinheiros. O ICNF não autorizou a Portucel a
 20 plantar eucalipto, nem pinho nórdico nas freguesias de Ganfei, Verdoejo e Sanfins. Como não foi
 21 autorizada a plantar uma espécie que seria rentável, já comunicou às respetivas Juntas de Freguesia que
 22 não pretendem mais o espaço e dessa forma milhares de hectares vão ficar de mato e de crescimento
 23 espontâneo de eucaliptos. Deveria ser permitida a plantação de eucaliptos com o compromisso do
 24 respetivo afastamento das linhas de água, equilibrando-a com plantações de carvalhos e castanheiros.
 25 Como é óbvio ninguém investe se não for rentável, veja-se o valor que se poderia arrecadar de uma 1 ha
 26 de eucaliptos, de 9 em 9 anos, daria para manter toda a área florestal. Num drama de incêndios as leis
 27 tendem a apertar muito, à semelhança do que sucedeu com a restrição da construção nas zonas
 28 percorridas por incêndios. _____

29 Por último, convidou todos os Membros da Assembleia a verificarem os trabalhos de limpeza, prevenção
 30 contra incêndios, efetuados na Quinta de Sanfins, desde a eliminação dos eucaliptos à plantação de
 31 castanheiros e carvalhos, com objetivo de recriar uma quinta do Minho. Estão a fazer a limpeza na
 32 encosta, virada a Sanfins, do muro até aos depósitos e às minas, para procederem a mais uma plantação
 33 de eucalipto, o qual foi eliminado nalguns locais. Também estão a proceder ao reordenamento do curso
 34 da água, das traseiras da igreja pelo vale abaixo. Enfim, prosseguiu com a enunciação de todas as obras e
 35 limpezas que estão a decorrer na referida Quinta. _____

36 O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da **segunda ronda**, tendo usado da
 37 palavra o Membro Sr. José Nogueira. _____

38 - O Membro **Sr. José Nogueira**, após as habituais saudações, usou da palavra para referir que o que está
 39 em causa é a subserviência de alguns membros desta Assembleia em relação ao executivo da Câmara
 40 Municipal. Apesar de a Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira ter a maioria, os seus membros
 41 adotaram uma posição de não subserviência, ao não votarem os estatutos que lhes apresentaram e

1 decidiram reformulá-los. Sublinhou que os estatutos foram reformulados, não pelo facto de o Município
2 de Paredes de Coura querer aderir, mas pelo facto de a sua versão inicial conter erros de palmatória,
3 português, enquadramento e de funcionamento. Efetivamente com as correções agora propostas podem
4 pôr efetivamente a Proteção Civil conjunta a funcionar de forma condigna, para as quais deram o aporte
5 e contributo, independentemente de termos sido vencidos aquando da aprovação da primeira versão.
6 Termos em que, agradece que as propostas que apresentam passem a ser consideradas, como referiu o Sr.
7 Óscar a propósito do Plano Municipal de Defesa da Floresta que não são oposição por serem oposição, e
8 que as suas ideias não têm de seguidas, contudo têm vindo a verificar que quando são boas são
9 aproveitadas pelo PSD, que as apresenta com outros nomes. _____

10 Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia municipal deu a palavra ao **Sr. Presidente da**
11 **da Câmara Municipal**, que após a aprovação da versão inicial do documento por parte deste órgão
12 verificaram-se alguns lapsos de estrutura para os quais alertaram o Município de Vila Nova de Cerveira,
13 o qual não procedeu a qualquer alteração, tendo sido objeto de submissão à Assembleia Municipal de
14 Vila Nova de Cerveira. A qual confrontada com dúvidas por parte do Partido Socialista, decidiu retirar o
15 assunto para proceder a análise e alterações que fossem pertinentes. Vertidas algumas alterações, foi
16 submetido novamente a decisão da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira que aprovou o
17 documento com algumas alterações, mínimas, que nada beliscam do ponto de vista do fundamento
18 jurídico dos estatutos. _____

19 Posto isto, a alteração aos estatutos aprovada pelo Município de Vila Nova de Cerveira tem de ser objeto
20 de nova decisão por parte dos órgãos do Município de Valença. _____

21 Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto a votação, tendo
22 a Assembleia Municipal, num universo de 32 (**trinta e dois**) Membros, deliberado, **por unanimidade**,
23 aprovar a alteração dos estatutos propostos, passando entre outras alterações a adotar a denominação de
24 Associação de Municípios do Alto Minho – Proteção Civil Municipal. _____

**PONTO 4 – ELEIÇÃO DE DOIS CIDADÃOS PARA A COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ -
COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO DE VALENÇA**

25 Foi presente o documento enviado pela CPCJ para efeitos de designação de dois cidadãos para integrar a
26 sua Comissão Alargada, atendendo ao término de dois mandatos, os quais, de acordo com a alínea l) do
27 nº 1 do artº 17 da lei nº 147/99 de 01 de setembro na sua atual redação, deverão, preferencialmente,
28 possuir especiais conhecimentos ou capacidades para intervir na área das crianças e jovens em perigo.
29 Ora como se trata de uma eleição que envolve a apreciação de comportamentos ou de qualidades de
30 qualquer pessoa, de acordo com o nº 3 do artº 55º do Anexo I a que se refere o nº 2 do artº 1º da lei
31 75/2013 de 12 de setembro, adotou-se a votação por escrutínio secreto. _____

32 Termos em que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal indagou por diversas vezes o plenário da
33 intenção de apresentarem lista, à semelhança do que habitualmente tem sucedido para a designação em
34 apreço. Foi apresentada apenas uma lista composta com dois nomes, Suzete Orlanda Garcia Henriques
35 Ribeiro e Manuel José Brito Soares, a qual foi denominada de Lista A. Seguidamente, dada a necessidade
36 de proceder à preparação do respetivo boletim de voto solicitou aos serviços que, no mesmo, para além
37 de identificar a lista também fossem identificados os nomes que a compõe. A sessão foi interrompida
38 pelas 11h50 para a preparação do respetivo boletim de voto com a identificação da lista e dos cidadãos

1 que a compõe, tendo sido retomados os trabalhos quando eram 12h10. Seguidamente, o Sr. Presidente da
2 Assembleia Municipal procedeu à abertura de inscrições para intervenções, tendo-se registado os
3 Membros Srs. Óscar Silva, José Nogueira e Inês Ferreira. _____

4 - **O Membro Sr. Óscar Silva**, relativamente à eleição em apreço, considera que por se tratar da
5 Comissão mais importante no concelho, deveria existir uma sensibilidade especial nas escolhas dos
6 cidadãos para a integrar, em função daquilo que são as suas particularidades e a área de formação das
7 pessoas que a compõem, que no seu entender deveriam integrar cidadãos ligados à área Social e de
8 Direito, no sentido de permitir um melhor enquadramento nos processos de promoção de proteção, como
9 é o acolhimento residencial, famílias de acolhimento e todas as medidas inerentes aos mesmos. Não se
10 compreende que se esteja a duplicar pessoas da mesma área de formação, designadamente enfermagem,
11 quando já a integra um representante do Centro de Saúde. _____

12 Por último, teria sido importante fazer-se uma lista conjunta que pudesse congregiar os contributos de
13 cada bancada, não no sentido de partidizar a questão, mas no sentido contribuir para a importância que
14 a CPCJ exige. _____

15 - **O Membro Sr. José Nogueira** fez referência ao facto de a CPCJ ter enviado, no dia 05/11/2018, ao Sr.
16 Presidente da Assembleia Municipal um pedido de substituição de dois cidadãos, que apenas foi
17 despachado, por este, decorridos 16 dias, no sentido do seu agendamento na sessão de fevereiro. Ora para
18 além de demorado a despachar o documento também não foi cumprido o despacho. Desde então já se
19 realizaram 3 sessões e apenas foi agendada para a presente sessão, o que por si revela que, enfim, a Dona
20 Perpétua já cá estava e agora chegou a irmã, a perpétua inércia, portanto a família continua a crescer, é
21 caso para o célebre *slogan* da Toyota, a família inércia “veio para ficar” e ficou mesmo. _____

22 - **O Membro Sra. Inês Ferreira**, relativamente a se propor cidadãos para a CPCJ em determinadas a
23 áreas de formação, referiu que na era do Dr. Jorge Gama, Presidente da Assembleia Municipal na altura,
24 foram contactadas várias pessoas, de entre as quais, a própria que, por este, foi considerada com perfil
25 adequado para integrar a Comissão Alargada da CPCJ, tendo sido elaborada uma lista conjunta. Também
26 se verificou que na mudança de mandato deixou de possuir perfil para fazer parte de uma lista conjunta
27 com o PS e começaram a apresentar listas separadas. Os membros eleitos são eleitos para integrar a
28 comissão alargada e não a comissão restrita. A Comissão Alargada é integrada por representantes de um
29 conjunto de instituições, previstas no respetivo diploma, com papel na sociedade e por membros da
30 Comissão Restrita, que representam as áreas da Saúde e da Segurança Social, não exigindo representante
31 de na área de Direito. Aliás, a competência da Comissão Alargada passa, apenas, pela aprovação o plano
32 de atividades, colaborar em ações concretas e fazer propostas de ações concretas, especialmente no
33 sentido de sensibilizar a comunidade para estas questões. Tudo o que é processual, sinalizações concretas
34 de crianças é da competência da Comissão restrita, tendo, apenas, acesso ao seu relatório anual.
35 Finalizou, referindo que a seu ver a preocupação manifestada pelo Grupo Municipal do PS da
36 necessidade de designação de pessoas com um determinado perfil, para além de não terem aproveitado a
37 oportunidade de apresentarem uma proposta, é despropositada uma vez que já possui apoio jurídico por
38 parte da Comissão Nacional. _____

39 Terminadas as intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao **Sr. Presidente**
40 **da Câmara Municipal**, o qual mencionou que sobre o assunto em concreto, nada tem a dizer, é um

1 assunto da competência exclusiva da Assembleia Municipal, e apenas diz respeito aos seus membros.____

2 Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura da segunda ronda. Pelo
3 Membro Sr. José Nogueira para referir que tempo do Sr. Óscar Silva seria advogado pela a Dra. Benvinda
4 e que em caso de necessidade usaria o do próprio. _____

5 - **O Membro Sra Benvinda Gonzalez**, após as habituais saudações, referiu que a colega Deputada
6 Municipal Sra. Inês Ferreira acabou de fazer uma visão muito reducionista do que é uma Comissão
7 Alargada, que em nada ajuda à promoção da importância que a CPCJ tem, nem como, à sua intervenção
8 em todos os municípios. Apesar de a Comissão Alargada não se pronunciar sobre os casos particulares,
9 nem conhecer as situações de cada menino, compete-lhe em nome da sociedade ajudar e contribuir para
10 que os regulamentos e regras sejam cumpridos, assim como, compete aos cidadãos colaborar para o
11 mesmo. Recordou que a própria foi uma das propostas do Partido Socialista na anterior legislatura, para
12 integrar a referida Comissão, na altura já tinha as competências que hoje possui, no entanto o Partido
13 Social Democrata, não o entendeu da mesma forma. Competências existem e só são demonstradas nas
14 factuais. O destino quis que, enquanto Diretora do IEF, tenha assento obrigatório na Comissão, e
15 não lhe parece, nem lhe tem chegado nenhum *feedback* que tenha feito um papel, enfim, menos
16 adequado, dentro da CPCJ. Assumiu um compromisso consigo e com a sociedade valenciana de
17 desempenhar as funções da melhor forma. _____

18 Importante e necessário é que a assembleia saiba que os cidadãos que são indicados terão de ter
19 disponibilidade e deverão participar nas reuniões, de forma a partilhar e a produzir informação que seja
20 necessária para as colegas que integram a Comissão Restrita denunciem e atuem de uma forma mais
21 consistente. _____

22 Parece-lhe fazer algum sentido o referido pelo Deputado Municipal Óscar Silva à cerca da duplicação de
23 representantes na área da Saúde. Mais, não lhes foi explicado o que é o Grupo do Partido Social
24 Democrata viu nos perfis dos mesmos, que se calhar têm o perfil adequado para ajudar e para alavancar
25 as questões da Comissão em apreço, porque dizerem que é um enfermeiro e um responsável da Cruz
26 Vermelha Portuguesa, não aporta nada às intenções e aos objetivos da referida Comissão. Em suma, é um
27 órgão tão importante que não podem minorar ao ponto de que qualquer um serve. Devem ser cuidadosos
28 na indicação das pessoas que possam ajudar e concretizar. Por último, solicitou que fosse partilhada, com
29 o Grupo do Partido Socialista, a informação que, se calhar, estaria em falta acerca do assunto. _____

30 - **O Membro Sr. José Nogueira** interveio para refutar ou ajudar a compreender melhor uma afirmação.
31 Efetivamente o Partido Socialista, mesmo quando era poder, como atualmente PSD possui, convidou
32 elementos de outros partidos para participar na CPCJ e se o fez uma vez não terá sido por demérito das
33 pessoas, com certeza que na seguinte vez terá convidado outras, provavelmente adotando um critério de
34 rotatividade. Ora por aquilo que ouvirem hoje, parece que o PSD se beliscou com o assunto e processou
35 de igual forma. Também foi proposto a utilização do método de hondt para a eleição. Finalizou,
36 questionando se duvidavam do perfil adequado da Dra. Ana Tomé e da Dra. Benvinda para integrarem a
37 dita Comissão, assim como, questionou se alguém duvidava que, mesmo que as apresentassem,
38 perderiam. Daquilo que se conhece é que tudo quanto é proposto pelo PSD é aprovado, é legítimo,
39 ganharam as eleições. Termos em que o seu voto pessoal, porque o seu partido é livre de votar a favor ou
40 contra, será abstenção. _____

1 - **O Membro Sra. Inês Ferreira** para frisar à Dra. Benvinda que não pôs em causa, em momento algum,
2 a sua competência ou perfil, nem de qualquer outra pessoa, para integrar a Comissão Alargada da CPCJ,
3 assim como, também não minorou a Comissão. Aliás, cada um dos presentes têm a obrigação de
4 conhecer e reconhecer a importância e natureza da CPCJ. _____

5 Retrocedeu ao tempo em que fez parte de uma lista com o PS para integrar a Comissão Alargada e
6 referiu que não a voltaram a convidar por não ter pactuado com a irregularidade de anulação de uma
7 reunião para a qual tinha apresentado a justificação no seu local de trabalho. Anulação proposta por um
8 dos dois juristas presentes. Desde então nunca mais lhe propuseram fazer parte da lista com o PS. _____

9 Quanto à aplicação do Método de hondt para este tipo de eleição, mencionada pelo seu antecessor, frisou
10 que este sabe perfeitamente em que circunstâncias em que o mesmo deve ser aplicado. _____

11 - **O Membro Sr. José Nogueira** a propósito da sua antecessora ter referido dois juristas questionou-a se
12 os queria identificar e o que é que um deles fez, em concreto, para que a pretensa ilegalidade referida
13 fosse devidamente sancionada e apreciada por quem de direito. _____

14 - **O Membro Sra. Inês Ferreira** respondeu que os juristas que integravam, na altura, a Comissão
15 Alargada da CPCJ eram os Srs. Drs. Fernando Rodrigues e Rosa Trindade, o primeiro como
16 representante da Câmara Municipal e a segunda como representante do Instituto de Emprego e Formação
17 Profissional. O jurista que fez a proposta foi o Dr. Fernando Rodrigues. A anulação que não lhes foi
18 permitida. _____

19 Seguidamente, o **Membro Sr. José Nogueira** fez um requerimento, verbal, à mesa uma vez que a sua
20 intervenção de há pouco não ficou gravada, solicitou, para que conste em ata, que o Grupo Municipal do
21 Partido Socialista entende que esta votação devia ser feita de forma uninominal e não em lista e que
22 votam apenas por respeito pela Assembleia e pelas pessoas envolvidas. Sendo certo que discorda da
23 mesa, atento à semelhança de decisões adotadas com outros pontos, nesta mesma ordem de trabalhos,
24 com votação individualizadas. No caso em apreço os votos a favor ou contra poderiam ser diferentes, o
25 que não invalidaria, se não existissem outras pessoas, a sua eleição. _____

26 Terminadas as intervenções, usou da palavra o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** para esclarecer
27 que foi apresentada uma única lista para a CPCJ e recordou a sua insistência na questão de apresentação
28 de mais listas por outros grupos. Portanto se foi apresentada uma lista e não nomes avulsos o que vai a
29 sufrágio é a lista composta com dois nomes para integrarem a Comissão Alargada da CPCJ. De forma a
30 não restarem dúvidas, solicitou aos serviços que no boletim de voto para além de identificar a lista
31 também fossem identificados os nomes que a compõe. _____

32 Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à chamada de cada
33 um dos Membros pela ordem decrescente, para a votação por escrutínio secreto da lista A cuja
34 composição de cidadãos iriam integrar a Comissão Alargada da CPCJ. Terminada a votação e verificados
35 os boletins de voto, num universo de 32 Membros da Assembleia, a Lista A composta por Suzete Orlanda
36 Garcia Henriques Ribeiro e Manuel José Brito Soares, obteve o seguinte resultado: votos não – 1; votos
37 em branco – 8; votos a favor – 23. Aprovada, por maioria, a lista A consideram-se designados para
38 integrar a Comissão Alargada da CPCJ os Srs. Suzete Orlanda Garcia Henriques Ribeiro e Manuel José
39 Brito Soares. _____

40 Com esta contextualização e terminados os trabalhos da presente sessão o **Presidente da Assembleia**

- 1 **Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da
2 presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 32 (trinta e dois)
3 **Membros** aprovada **por unanimidade.** _____
4 Finalizada a intervenção, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, comunicou que os trabalhos
5 estavam encerrados quando eram 14h15m. _____
6 Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por catorze páginas, a
7 qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pelo Assistente Técnico que a redigiu.

Apoio à Assembleia Municipal O Assistente Técnico,	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	Alberto Luís de Oliveira Vilas